

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sexta-feira, 29 de Dezembro de **2023 SUPLEMENTO ONLINE**

www.campos.rj.gov.br



ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO | Wladimir Garotinho / VICE - PREFEITO | Frederico Paes



Secretaria Mun. de Administração e Recursos Humanos

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO CLUBE DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL NO DIA 27/12/2023 ÀS 17H

DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - EXERCÍCIO 2024

Aos dias vinte e sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezessete horas e dezoito minutos, no Clube de Dirigentes Lojistas – CDL, situado na Avenida Sete de Setembro, nº 274, centro, CEP 28.010-562, no município de Campos dos Goytacazes, por convocação do Prefeito Wladimir Garotinho, publicada no suplemento do diário oficial do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três, foi realizada Audiência Pública com o propósito de discutir a Lei Orçamentária Anual para o exercício 2024. Os órgãos públicos o propósito de discutir a Lei Orçamentária Anual para o exercício 2024. Os órgãos públicos e entidades jurídicas de direito privado credenciados para o uso da palavra foram: Sindicato dos profissionais servidores públicos municipais de Campos (SIPROSEP), Associação de proteção e orientação aos excepcionais (APOE), Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE), Associação de pais e pessoas especiais do Norte e Noroeste Fluminense (APAPE), Obra do Salvador, Instituto Profissional São José, Câmara Junior de Campos, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Conselho Regional de Contabilidade do Río de Janeiro (CRC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Conselho Municipal de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente (CMPDCA), Meninos de Ouro, Luz e Vida, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDE). Conselho Municipal de Saúde. Associação de produtores rurais de São Martinho. Sindicato Outo, Luz e vina, Conseino Municipal dos Direitos da Pessoa com Delicientola (COMDZ). Conselho Municipal de Saúde, Associação de produtores rurais de São Martinho, Sindicato Varejista de Campos, Associação Raízes e Instituto Sawanna por todos. <u>Iniciada a Audiência Pública</u>, foi registrado os vereadores que se encontravam presentes: Pr. Marcos Elias, Marcione da Farmácia, Álvaro Oliveira, Kassiano Tavares, Anderson de Matos, Silvinho Martins, Cabo Alonsimar, Nildo Cardoso, Luciano Rio Lu, Juninho Virgilio, Abdu Neme, Fred Rangel, Paulo Arantes, Marquinho do Transporte e Edson Batista. Com a palavra, o prefeito Rangel, Paulo Arantes, Marquinno do Iransporte e Edson Batista. Com a palavra, o prefeito Wladimir Garotinho agradeceu a presença de todos, e destacou a legalidade do ato, pois o Regimento Interno da Câmara reza que a Comissão permanente de legislação participativa, composta pelos vereadores Álvaro Oliveira, Silvinho Martins e Juninho Virgillo, tem o dever de convocar audiência pública, nos casos previstos no Regimento Interno, e os vereadores integrantes da comissão se reuniram e solicitaram ao Presidente da Câmara uma data para realização da sessão de audiência pública, que foi vetada pelo Presidente da Carniari uma data para realização da sessão de audiência pública, que foi vetada pelo Presidente da Carniari de Vereadores, dizendo que não havia data no plenário. O Prefeito registrou que o ato realizado tratava-se de uma audiência pública e não uma reunião política, e destacou que as divergência políticas não podem ser colocadas acima dos direitos dos cidadãos, que os poderes são independentes entre si, mas as divergências políticas nesse momento devem ficar de lado, pois a votação da LOA mexe com a vida de todos os cidadãos, e pontuou que por falta de aprovação da LOA muitas instituições ficarão sem atendimento, o pagamento dos servidores públicos também ficará comprometido, pois o reajuste concedido aos servidores não estava previsto no orçamento de 2023, assim como a ampliação de diversos serviços públicos não estava previstos no orçamento de 2023. O Prefeito destacou ainda que no Regimento Interno da Câmara não está escrito que a Audiência Pública deve ser convocada pelo o Presidente da Câmara não está escrito que a Audiência Pública deve ser convocada pelo o Presidente da Câmara, pontuou que o Regimento Interno reza que deve haver a Audiência Pública para discussão da lei orçamentária, mas infelizmente a Câmara fechou suas portas para o povo, ressaltou também que as propostas da LOA podem ser aprovadas ou rejeitadas e que existe a Audiência Pública para este fim, e que pela primeira vez na história do município de Campos dos Goytacazes o prefeito convocou a Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual, frisou mais uma vez que o momento estava reservado para a Audiência Pública e que as divergências políticas devem ficar de lado, e que a proposta orçamentária deve ser debatida, pois é assim que funciona numa democracia. Em seguida, o Prefeito passou a palavra ao Secretário de Transparência e democracia. Em seguida, o Prefeito passou a palavra ao Secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Resende, para apresentação da proposta orçamentária de 2024, o Secretário Rodrigo Resende pontuou que a atual Gestão Pública vem trabalhando com responsabilidade os recursos públicos, e que não há fórmula mágica para o sucesso, de preciso muito trabalho. O Secretário de Transparência e Controle destacou que a LOA é o detalhamento do orçamento, para expressar a vontade do povo, e iniciou a apresentação do histórico orçamentário dos anos 2021, 2022, 2023, e demonstrou que o orçamento tem suas fontes de receitas, que a previsão orçamentária é maior que do ano anterior. Destacou que o municíno vem aumentando, sua apresedação próprira e que tem sido realizado um fontes de receitas, que a previsão orçamentária é maior que do ano anterior. Destacou que o município vem aumentando sua arrecadação própria, e que tem sido realizado um trabalho árduo para que isso aconteça. Ressaltou ainda os desafios da atual gestão: melhorar a arrecadação própria, a racionalização dos gastos, política de mitigação da pobreza, deficit da previdência, dependência dos repasses federais, despessas dos royalties. Destacou que 25% das receitas são destinadas obrigatoriamente para educação, 15% destinado para Saúde, 5% para Câmara, falou sobre o PASEP, mencionou que os Precatórios estão rigorosamente em dia. Prosseguindo sua explanação, o Secretário Rodrigo Resende pontuou que o FUNDEB é receita exclusiva para educação, e que quase toda verba do FUNDEB está destinada para pagamento dos servidores da educação. Quanto a disponibilidade para folha de padamento destacou que essa questão é a que mais Quanto a disponibilidade para folha de pagamento destacou que essa questão é a que mais preocupa a Secretaria de Transparência e Controle. Destacou que a economia de Campos tem melhorado. Demonstrou que no ranking SICONFI Campos recebeu nota A na qualidade tern menorado: Dernoistou que no tanking SICONT Campos receber nota hia qualidade de informação fiscal. E no ICF Indicador de qualidade de informação contábil e fiscal o município saiu da letra E em 2019 e passou para letra A em 2022. Referente ao ICF no Estado do Rio de Janeiro, Campos está na 193ª posição, na letra A; a capital está em 4.361, letra D; e Niterói está em 3.314, letra C. Apresentou ainda a boa colocação de Campos no índice Firjan. Destacou que Campos está em 4º lugar na geração de empregos e é a principal cidade do interior com abertura de empresas. Em prosseguimento a apresentação demonstrou todas as melhorias e investimentos realizados na cidade: ciclovias, semáforos, pavimentação, reformas em prédios públicos. Em continuidade, apresentou os projetos que estão incluídos na LOA de 2024 que necessita ser votada: cidade da criança, restaurante popular, acolhimentos públicos e abrigos, pavimentações. Com a palavra, o subsecretário de controle, Luiz Fernando destacou que a LOA foi encaminhada para Câmara dia trinta de agosto, cumprindo os prazos constitucionais e se tem alguma ressalva pelos vereadores a Secretaria de Transparência e Controle está aberta ao debate e realização de ajustes se for necessário. Finalizada a apresentação da Secretaria de Transparência e Controle, com a

palavra, o Prefeito chamou atenção para o orçamento que é destinado a Câmara, e destacou que a Lei Orgânica do Município diz que a Câmara deve mensalmente prestar conta, e este ano não foi prestado conta nenhum mês. Em ato contínuo, passou-se a composição da mesa de debates, que foi presidida pelo Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude – FMIJ, Leon Gomes, e composta pelos vereadores Álvaro Oliveira e Juninho Virgílio, pelo Secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Resende, pelo Subsecretário de Transparência e Controle, Luiz Fernando de Alvarenga, Diretor de Custos, Mario Lopes Machado Junior Filho e o representante da OAB, Saulo Vianna de Luna. Com orgânica do Município, e pontuou que esse ato não era uma simples reunião como foi falado em entrevista, na verdade esse ato é uma Audiência Pública que está fundamentada nas Leis. Em seguida, com a palavra, a Presidente do SIPROSEP, Elaine Leão destacou que es sente triste por estar debatendo a LOA fora da Câmara de Vereadores, que defende uma Câmara independente, pontuou que não está representando partido político, e pontuou que a sua dúvida referente a apresentação realizada pelo Secretário de Transparência e Controle, diz respeito ao valor apresentado da folha de janeiro de 2023 e a previsão para janeiro de 2024, destacou que ficou sem entender o valor previsto para 2024, pois não bate com o percentual do reajuste que foi dado aos servidores. E pontuou que o servidor público não pode ser usado como massa de manobra, a Presidente do SIPROSEP questionou ainda se o servidor público está incluído na LOA de 2024. E solicitou ainda que neste momento não se esqueçam dos aposentados, que precisam de um olhar cuidadoso e também pediu para voltar a tratar da complementação previdenciária dos aposentados. A Presidente do SIPROSEP ainda pontuou a situação dos Auxiliares de Enfermagem, que precisam de valorização. E ponderou que se vai haver aumento na fonte cem é possível melhorar o vencimento dos servidores, e finalizou sua fala destacando que quem executa os projetos políticos votados são os servidores públicos. Com a palayra, a representante da APOE, Mariana Goulart destacou que não existe processo democrático sem a participação popular, e que sem a aprovação do orçamento a continuidade dos serviços da APOE será inviabilizada pela ausência de repasse das verbas públicas, os 342 usuários precisam dessa verba e solicitou que a Câmara vote a LOA. Com a Palavra, a representante da APAE, Regina Celia Carvalho de Azevedo destacou que a Instituição precisa muito das verbas públicas, pois atende 350 usuários, e solicitou que o Presidente da Câmara se posicione como vereador eleito e esteja colocando a LOA em votação para acabar com a angústia da população, e destacou que esse triste episódio é uma vergonha para a nossa cidade. Com a palavra, a Presidente da APAPE, Naira Regina de Barros Cordeiro pontuou que é direito da sociedade se manifestar, e ressaltou que as Instituições são constantemente que e direito da sociedade se manifestar, e ressaitou que as institutições sao constantentente visitadas por representantes do ente público, e que o atual Prefeito sempre visita as instituições para conhecer as suas necessidades, e está muito apavorada com a situação que está acontecendo referente a votação da LOA, e que a votação deveria estar acontecendo na Câmara, a casa do povo, mas as portas foram fechadas para o povo, e solicitou a todos os vereadores que lutem e se levantem pelas pessoas com deficiência e famílias atípicas, para que não haja descontinuidade dos serviços. Com a palavra, o representante da Obra do Salvador, Pe. Wallace Ortêncio de Azevedo destacou que a patitivida contra fector de serviços destacou que a contrator de serviços de s Instituição atende 580 jovens, e que muitas famílias são beneficiadas com o trabalho realizado pela Instituição, e solicitou que a Câmara vote a LOA com urgência. Com a palavra, o representante do Instituto São José, Elson da Silva Leal disse que deveriam estar reunidos para agradecer a votação da LOA, e não para solicitar a votação da LOA, destacou que os Convênios estão prontos, mas não podem ser assinados, por ausência de orçamento previsto. Ponderou que o executivo cumpriu com a parte que lhe cabia, e o legislativo não realizou a votação da LOA. Ainda em sua fala, ressaltou que as Instituições foram à casa de leis de forma independente, para dialogar com o Presidente da Câmara, no entanto depois disso ouviram boatos de que estavam sendo usados pelo executivo, e ressaltou que isso não é verdade. Com a palavra, o representante da Câmara Junior de Campos, Alonso Bartolazzi Barbosa pontuou a sua preocupação das Instituições que Campos, Alonso Bartolazzi barrosa pontuou a sua preocupação das instituiçoes que ficarão sem recursos para continuidade dos seus serviços, e que o limite do debate político não pode prejudicar a população e as Instituições. E disse que: "Os governos devem ser mais de leis do que de homens". E solicitou que a LOA seja colocada em pauta pelo Presidente da Câmara para que os vereadores possam apreciá-la. Com a palavra, a representante da Fundação CDL, Kelly Mendonça destacou o Projeto da Fundação que representante de Tritidação QUE, heir Wentouria destadou o Projeto da Tritidação que financia Projetos para crianças, jovens e adolescentes, que trabalham com famílias em vulnerabilidade social, e que é preciso empatia e respeito com a população, e ao fecharem a casa do povo para votação da LOA estão negligenciando vidas, e que sem aprovação da LOA não poderão executar os trabalhos que são realizados. Com a palavra, a representante do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de janeiro – CRC, Fabiana Viana de Almeida solicitou que o Presidente da Câmara deixe de lado as divergências políticas e votem a CA petitou que o Presidente da Câmara deixe de lado as divergências políticas e votem a CA petitou que o Presidente da Câmara deixe de lado as divergências políticas e votem a CA petitou que o Presidente da Câmara deixe de lado as divergências políticas e votem a CA petitou que o Presidente da Câmara deixe de lado as divergências políticas e votem a casa de la casa LOA, pontuou que não estão presentes na Audiência Pública para fazer política, mas para solicitar que seja cumprida a Lei, e fez o seu apelo para votação da LOA. Com a palavra, a representante da Associação Meninos de Ouro, Cyntia sardinha Eduardo Maciel demonstrou seu desconforto com a não votação da LOA, e que o município e Instituições têm muito a perder com essa situação, informou que atualmente a Instituição atende 60 jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo esporte, lazer e educação. E solicitou que todos os presentes façam uma visita a Associação Meninos de Ouro e também visitem as demais instituições que estão presentes na Audiência Pública. Ponderou que não está pedindo apenas que cumpram seu dever, mas também realizando um grito de socorro. Com a apenas que cumpram seu dever, mas tambem realizando um grito de socorro. Com a palavra, a representante da Associação Evangélica Luz e Vida, Anádia Rodrigues da Hora destacou que sem as verbas públicas a entidade não poderá dar continuidade ao projeto social que realiza na Portelinha e Matadouro e solicitou aos vereadores que votem urgentemente a LOA, caso contrário terão que fechar as suas portas. Com a palavra, a representante do COMDE, Mara Adriana Mendonça ressaltou que nenhuma família espera representante do COMDE, mara Adriana Mentidoria ressando que remitida familia esperare receber um filho com deficiência, e ninguém está preparado para se tornar deficiente em virtude de algum acidente ou por motivo de saúde, e destacou que as Instituições ajudam muitas familias atípicas, e como pessoa com deficiência fez um apelo por empatia equidade, e solicitou que a Câmara realize a votação da LOA, pois existem vidas e famílias que necessitam ser amparadas. Com a palavra, o vereador Álvaro Oliveira, destacou o nome de todos os vereadores presentes, e pontuou a ausência dos demais vereadores que não estão presentes para debater os pontos que discordam da LOA. Em continuidade a sua fala, pontuou que a LOA foi enviada a Câmara em 30 de agosto, e somente em 29 de novembro a LOA foi encaminhada Gabinete dos vereadores. E destacou ainda que o parecer da Procuradoria foi datado do dia 31/10, mas que estranhamente, pelo sistema só chegou à Procuradoria para análise, em 01/11. Disse ainda que no dia 04/11 devolveram Projeto para o Executivo, alegando irregularidades, mas que não fora destacada quais. No mesmo dia o projeto retornou a Casa de Leis com a afirmativa do Poder Executivo de que o projeto não se encontrava viciado ou irregular, para prosseguimento. Em continuidade a sua fala, Álvaro Oliveira destacou diversos dispositivos da lei que estão sendo desrespeitados, e pontuou que talvez não seja possível pela lei realização de emendas. E prosseguiu a sua fala destacando a série de ilegalidades que vêm sendo praticadas, e pontuou que os meios de comunicação não estão divulgando essas inúmeras llegalidades. Com a palavra, o representante da OAB, Saulo Vianna de Luna destacou que a LOA é a principal Lei do Município, pois sem ela o Executivo não pode fazer nada, e destacou que enquanto servidor público, Procurador Legislativo da cidade de Bom Jesus há doze anos, nunca viu o tal episódio acontecer, que esse fato é inédito e trágico, e solicitou que a LOA é aeja votada urgentemente pela Casa de Leis. Com a palavra, o representante do Conselho Municípial de Saúde, João Manoel Rangel destacou que os Convênios são renovados em janeiro, mas sem a LOA não poderão ser renovados, e os Projetos não poderão continuar, haverá desassistência a população referente aos serviços de saúde, UBS, e manifestou seu repudio ao que está acontecendo. Com a palavra, o vereador Juninho Virgílio, destacou que os vereadores presentes tentaram por todos os meios, pautar a LOA, pois quem responsável por pautar a LOA é o Presidente da Câmara, mas em que pese as inúmeras solicitações o Presidente da Câmara não atendeu, por motivação de cunh

continuidade aos projetos da Associação. Com a palavra, o representante do Sindicato Varejista de Campos, Maurício Cabral pontuou que é público e notória a importância da votação da LOA e solicitou com urgência a votação, e solicitou a criação do Conselho Municipal da Cidade e que o Presidente da Câmara e os vereadores cumpram o papel que lhes cabe. Com a palavra a Associação Raízes, Nilson Junior apresentou diversas propostas de emenda à LOA e solicitou a votação da mesma urgentemente. O Instituto Sawanna e a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social credenciados para fala, ao serem chamados não estavam presentes. Com a palavra, o Presidente da mesa, Leon Gomes informou que as perguntas da Presidente do SIPROSEP serão respondidas pela equipe da Secretaria de Transparência e Controle formalmente, e como Presidente do CMPCD, Leon Gomes pontuou que o Executivo já respondeu a Câmara que não há irregularidade na proposta da LOA, e que a LOA precisa ser pautada pelo Presidente da Câmara, destacou ainda que as Instituições presentes lutam diariamente pelos direitos das crianças e adolescentes do município para tirá-los da vida do crime e oferecer condições dignas. Edestacou que os projetos das Instituições não poderão ser ampliados e no mês de janeiro os projetos já estão comprometidos. E ainda destacou a importância de ter 20% para remanejamento orçamentário, para que possa haver suplementação nos casos de necessidade. Discursou sobre o árduo e belo trabalho das instituições que cuidam de crianças e adolescentes do município. Pontuou que não é momento para briga política partidária. Destacou que as políticas públicas são desenvolvidas numa escale prioridades, que alguns Projetos que não são prioridades, em algum momento se tornarão prioridade e para execução será necessário a LOA. E finalizou dizendo que a luta vai continuar, que a lei não pode ser rasgada, pois está acima de homens. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas vinte e quatro minutos foi encerrada a Audiência Pública. Eu, Wainer Teixeira de Cas

Wainer Teixeira de Castro Co Societado Municipal de Administração Co Societado Municipal de Administração Co Societado Numbros 202

LEON GOMES Assinado de forma digital por LEON GOMES CELESTINO:0 5 Dados: 2023.12.28 18.46.27-9300°







Wladimir Garotinho

Frederico Paes
VICE-PREFEITO

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

Setor de Publicações Oficiais

TELEFONE: (22) 9 8168-1379

PODER EXECUTIVO

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

OUVIDORIA

www.campos.rj.gov.br E-mail – ouvidoria@campos.rj.gov.br Telefones: (22) 98175-0969 / 98175-1431

SIC

Serviço de Informação ao Cidadão sistemas.campos.rj.gov.br/sic

Lei Municipal N° 8794/2017 e Dec. 249/2017

Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28030-045 - Campos dos Goytacazes-RJ